



Número: **0042617-74.2019.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira**

Última distribuição : **24/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0042617-74.2019.8.17.2001**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (APELANTE)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
JOSE ROBERTO DA SILVA (APELADO)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
PRISCILA COSTA LIMA LEMKE (ASSISTENTE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15813068	04/05/2021 13:34	Microsoft Word - 2647731_PETICAO_2ª_INSTANCIA_IMPUGNACAO_PRELIMINAR	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. DES. RELATOR FERNANDO FERREIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo n.º 0042617-74.2019.8.17.2001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ROBERTO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

É notório n. Julgador que a preliminar das contrarrazões da parte adversa é completamente protelatória e pálida de fundamentação, conforme a seguir exposto.

Segundo a boa diutrina, “pode-se conceituar inovação recursal como o fenômeno caracterizado pela presença, no recurso, de **argumentos jurídicos não discutidos na instância originária, malferindo o princípio da ampla defesa**, que na instância revisora deve prevalecer sobre o princípio *iura novit curia*, implicando o não conhecimento da argumentação inovadora”.

Basta uma simples leitura na petição de ID2647731, para verificar que a matéria foi suscitada em sede de cognição, vejamos:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT, conforme demonstrado abaixo:

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (OUTROS TIPO DE OBJETO) de propriedade do(a) Sr(s): JOSE ROBERTO DA SILVA. c em posse do(a) Sr(s): JOSE ROBERTO DA SILVA
 Categoria/Modelo/Ano: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO Objeto apreendido: NÃO
 Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Complemento / Observação

RELATA A VITIMA QUE ESTAVA CONDUZINDO A SUA MOTOCICLETA DE PLACA PDA-9861, NO LO
 CADO, QUANDO PERDEU O CONTROLE DO VEICULO COLIDINDO COM A BARRUETA. APRESA O
 SOFREU LESÃO NA REGIÃO DO BRACO DIREITO, SEM COMO NA REGIÃO DA CABEÇA. APRESA O
 SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DA RESTAURACAO ONDE RECEBEU ATENDIMENTO.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
 www.joaobarbosaadvass.com.br

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
 www.joaobarbosaadvass.com.br



Inclusive i. Relator a matéria foi debatida na d. Sentença pelo magistrado Singular, vejamos trecho:

Não há como falar em inépcia da inicial em razão da ausência de laudo pericial do IML quando outros documentos são suficientes para atestar o nexo de causalidade. Preliminar rejeitada, portanto.

Ademais, válido salientar que o seguro social é devido independentemente da situação de adimplência ou não do prêmio, conforme já decidido no STJ.

A tese da seguradora, portanto, não se sustenta. A Súmula 257 do STJ não faz qualquer menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT, inviável o acolhimento da tese sustentada pela seguradora.

A perícia realizada pela expert é suficiente para definir o direito do promovente à indenização perseguida. As lesões apresentadas e que decorreram do acidente indicam, sim, uma lesão no membro superior direito, enquadrada em grau intenso.

Aplicável a regra prevista no art. 5º, §1º, I e II, *in verbis*:

Assim, não há que se falar em inovação recursal vez que a matéria foi submetida e objeto de debate no Juízo de Cognição.

Ante o exposto requer o não acolhimento da preliminar suscitada nas contrarrazões do recurso e o recebimento do recurso de apelação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

